



Público

04-05-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 5181 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2 a 5



Governo quer que Marcelo marque eleições já para Julho

• Recuperação integral do tempo de serviço na função pública custará 481 milhões em 2020

• Entrevista a Carlos César: “Parece-me difícil um Governo integrado pelo BE e pelo PCP”

• PCP foi avisado do ultimato quando Costa já estava a discursar
Destaque, 2 a 6 e 12/13 e Editorial

CRISE POLÍTICA

Governo quer legislativas em Julho

Primeiro-ministro joga a sua permanência à frente do Governo contra a coligação negativa no Parlamento. A bola está agora do lado do PSD, CDS, PCP e BE. Tudo indica que as legislativas venham a ser antecipadas. O PS quer que sejam em Julho

São José Almeida

Acosado pela coligação negativa formada pelo PSD, CDS, PCP e BE ao aprovarem, em comissão parlamentar, o descongelamento da carreira dos professores na quinta-feira, o primeiro-ministro, António Costa, deu o salto em frente, ameaçando que, se tal medida for aprovada em votação final global, se demite. E justificou: o efeito da decisão do Parlamento “compromete a governabilidade presente e condiciona de forma inadmissível a governação futura em termos que só os cidadãos, só o eleitorado tem legitimidade para poder determinar”.

O PÚBLICO sabe que o Governo quer eleições e não pretende protelar a crise e tem a expectativa de que o PS não vai forçar datas. Demonstração disso é que o primeiro-ministro deixou esta vertente do problema fora da sua comunicação ao país.

“Ao Governo cumpre garantir a

confiança dos portugueses nos compromissos que assumimos e a credibilidade externa do país. Nestas condições, entendi ser meu dever de lealdade institucional informar o Presidente da República e o presidente da Assembleia de que a aprovação em votação final global desta iniciativa parlamentar forçará o Governo a apresentar a sua demissão”, disparou Costa na sua comunicação ao país.

A inédita decisão na democracia portuguesa de um primeiro-ministro anunciar a sua demissão com prazo e condições só verá o seu desfecho formal dentro de duas semanas, já que a votação final do diploma sobre professores deverá subir a plenário antes do encerramento da Assembleia da República, a 15 de Maio, para a campanha das europeias. Mas tudo indica que o braço-de-ferro entre o PS e os outros partidos parlamentares poderá terminar já na sexta-feira, com a votação em plenário.

Esta poderá mesmo ser uma das últimas votações em plenário desta legislatura, já que se o Presidente da República optar por convocar eleições e não pedir ao Governo para ficar em gestão até Outubro, o Parla-

mento não terá nem tempo nem condições políticas para fazer muito mais. Morrerão assim três temas em processo legislativo em que o Governo apostava: Lei de Bases da Saúde, Lei de Bases da Habitação e legislação laboral de acordo com estabelecido no Acordo de Concertação Social.

Disparar contra o PSD e CDS

Ainda que os quatro principais partidos parlamentares que não são Governo se tenham unido em defesa dos professores, António Costa fez questão de os colocar em patamares diferentes e de graduar as críticas, já na fase de resposta aos jornalistas. “Não me compete julgar partidos políticos, mas tenho de reconhecer que BE e PCP foram coerentes com o que defendem desde 2017”, começou por sublinhar o primeiro-ministro, procurando de algum modo preservar os partidos que em aliança parlamentar têm apoiado o seu Governo desde Novembro de 2015.

Mas, imediatamente de seguida, disparou contra o PSD e o CDS. “Se alguém foi incoerente”, defendeu António Costa, “foram seguramente os outros dois partidos que se junta-

Após uma reunião com o seu núcleo duro e outra com o Presidente, António Costa falou ao país a partir de São Bento



Não há aumento de um cêntimo no Orçamento. Governo montou uma fantochada

Assunção Cristas
Líder do CDS

ram ao BE e ao PCP”, defendeu. O facto é que da parte do Governo não há expectativa de que a situação possa mudar e de que haja um recuo de qualquer um dos partidos parlamentares, de acordo com as informações obtidas pelo PÚBLICO.

Aliás, as declarações proferidas pelos líderes partidários demonstram que ninguém está disposto a recuar. Logo de manhã e perante as declarações do presidente do PS, Carlos César, ao PÚBLICO, abrindo a porta à demissão do Governo, o líder do PSD, Rui Rio, acusava: “Isto é um golpe de teatro, porque está a correr mal ao Governo a campanha europeia. E está a tentar fazer este golpe de teatro e a enganar as pessoas.”



Se o Governo apresentar outra proposta, o PSD está sempre disponível para a ouvir

David Justino
 Vice-presidente do PSD



David Justino desafia Governo a apresentar uma nova proposta

O líder do PSD, Rui Rio, acusou o Governo de “fazer um golpe de teatro e de brincar com coisas sérias” na questão dos professores, ao ameaçar com a demissão do executivo, mas no partido há quem considere que o Parlamento não tem competência para aprovar a contagem de tempo de serviço dos docentes.

“Há muitas dúvidas sobre se o que foi aprovado é da competência do Parlamento. Esta é uma matéria de negociação sindical e, sendo assim, estamos perante uma matéria exclusiva do Governo”, declarou ao PÚBLICO fonte do PSD, considerando que a lei-travão não foi violada, uma tese que é também partilhada pelo constitucionalista Jorge Miranda. A lei-travão diz que os deputados “não podem apresentar projectos de lei ou propostas de alteração que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento”.

Ao nível da direcção do partido (que hoje se reúne em comissão política), o vice-presidente do PSD David Justino garante que a proposta que o PSD apresentou “é mais moderada e equilibrada

do que a do Bloco e a do PCP” e reafirma “tudo aquilo que o partido anda a dizer há mais de um ano”. Justino assegura que a proposta do partido “tem em conta a situação económico-financeira do país, bem como o equilíbrio das contas públicas”, razão pela qual rejeita as acusações do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, que ontem acusou o PSD de ser “irresponsável”.

Em declarações ao PÚBLICO, David Justino reafirma que o tempo dos professores deve ser reconhecido, considerando que a questão reside na forma como se vai concretizar, através de progressões ou por via da despenalização de reformas antecipadas”. Sobre a crise política, diz que o “Governo precisava que acontecesse alguma coisa porque a campanha para as europeias lhe está a correr muito mal”.

“O Governo quer dramatizar o assunto e dizer que a oposição é irresponsável, é a cantilena do costume”, afirma o dirigente do PSD, adiantando que se o PS apresentar uma outra “proposta que permita resolver o problema das pessoas e, neste caso, dos professores, o PSD está sempre disponível para a ouvir”.

O antigo ministro deixa escapar uma crítica ao executivo por ter tratado os professores de uma forma bem diferente daquela que tratou os juizes.

Pelo CDS, Assunção Cristas acusou António Costa de colocar Portugal numa crise política baseada em mentiras, continuando a negar que a recuperação do tempo de serviço dos professores ponha em causa as contas públicas. “Um primeiro-ministro que não se demite quando morrem 116 pessoas nos incêndios é o mesmo que empurra o país para uma crise política a propósito apenas, sublinho, apenas, da obrigação de negociar com os professores”, afirmou, anunciando que pediu uma audiência ao Presidente da República.

“É mentira que esteja em causa mais despesa para este orçamento. É mentira que haja compromissos novos assumidos para o futuro além dos dois anos e nove meses assumidos pelo Governo. É mentira que se coloquem em causa as contas públicas. Com base em três mentiras, o primeiro-ministro põe o país numa crise política de forma irresponsável”, acrescentou. **Margarida Gomes e Luciano Alvarez**

Já depois de António Costa falar, o líder parlamentar comunista, João Oliveira, garantiu que o “PCP não aceita chantagens nem ultimatos” e de seguida Jerónimo de Sousa considerou que “a atitude do primeiro-ministro só pode ser entendida “por mero cálculo eleitoralista”.

A líder do BE, Catarina Martins, classificou o “ultimato” de António Costa “uma precipitação” e tratou de retirar as responsabilidades do seu partido, acusando o primeiro-ministro de “dar à direita o prémio de decidir se esta solução governativa cumpre o seu mandato até ao fim”.

Por fim, Assunção Cristas, líder do CDS, foi categórica a rejeitar responsabilidades: “Este Governo fundou a sua governação no apoio parlamen-

tar do BE e PCP. Foi a sua escolha. Portanto é a eles que tem de pedir responsabilidade e apoios. Certamente não ao CDS, que, de resto, já apresentou duas moções de censura.”

Campanha ao centro

Não foi por acaso, nem só para preservar o PCP e o BE, que o primeiro-ministro elegeu a direita como alvo principal de responsabilização pelos eventuais efeitos do descongelamento da carreira dos professores. Essa clivagem é coerente com a lógica discursiva que usou para justificar a sua decisão de se demitir se a medida for aprovada: o PS é o único partido parlamentar que tem a preocupação de manter o equilíbrio das contas e de

não pôr em causa a credibilidade externa do país.

António Costa aproveitou assim o anúncio da sua intenção de se demitir para lançar o discurso de campanha eleitoral para as legislativas antecipadas. E fê-lo apelando claramente ao eleitorado do centro: “A aprovação em votação global final desta iniciativa constituirá uma ruptura irreparável com o compromisso de equilíbrio entre a devolução de rendimentos e direitos, com a consolidação das contas públicas e compromete a credibilidade internacional de Portugal.”

Isto depois de garantir que o descongelamento da carreira dos professores provoca “a criação do encargo adicional de pelo menos mais 340 milhões de euros entre este ano e o

próximo, devido ao pagamento de retroactivos relativos a 1 de Janeiro de 2019”. Mas também que a sua aplicação em “2019 implicaria necessariamente um Orçamento do Estado rectificativo, o que quebraria a regra da estabilidade e da boa gestão orçamental que tem vindo a ser cumprida todos os anos desde 2016”. Outro argumento usado por António Costa foi o de que “a necessária extensão deste diploma aos demais corpos especiais por si só implicaria um acréscimo da despesa certa e permanente de 800 milhões de euros em cada ano”. Esta medida apenas aplicada “aos professores e restantes corpos especiais colocaria em situação de desigualdade os demais funcionários públicos”, frisando: “Con-

vém acrescentar todos os portugueses que sofreram nos seus salários, nas suas pensões, no seu emprego, e nos seus impostos os efeitos da crise.”

Na lógica argumentativa de Costa, foi ainda salientado o facto de que “a acomodação no curto, médio e longo prazo dos encargos gerados por esta medida só seria possível com inevitáveis cortes no investimento e nos serviços públicos ou com significativos aumentos de impostos”. Fazendo ainda questão de lembrar as necessidades que se vivem no Serviço Nacional de Saúde, em cuja recuperação o seu Governo investiu 1300 milhões, em quatro anos.

sao.jose.almeida@publico.pt

CRISE POLÍTICA

“Somos todos professores”: o que vem a seguir

Carreiras que dependem do tempo para progredir exigem tratamento igual ao dos professores. Fesap fala em “mais de 16 carreiras”, enfermeiros acusam PSD

Raquel Martins

Magistrados, oficiais de justiça, militares, profissionais da GNR e da Polícia Marítima exigem que, à semelhança dos professores, todo o tempo de serviço congelado seja contabilizado para efeitos de progressão na carreira.

As associações e sindicatos que representam estes sectores aplaudem a solução aprovada na quinta-feira no Parlamento para os docentes e esperam que a contabilização dos sete anos de congelamento seja rapidamente aplicada às restantes carreiras. A decisão abre a porta a que as restantes carreiras que também progredem com base na passagem do tempo exijam um tratamento igual, o que obrigará a alterar o diploma aprovado pelo Governo no início de Abril que aplicava aos trabalhadores integrados em carreiras especiais a solução encontrada para os professores, permitindo-lhes recuperar uma parte do tempo congelado.

A Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) reclamou ontem a contagem integral do tempo de serviço congelado em “mais de 16 carreiras” do Estado, defendendo “que a justiça se reponha para todos” e não apenas para os professores. O seu presidente, José Abraão, destacou o caso dos assistentes operacionais da administração pública. “É preciso – e isto abre portas a esta situação – que se corrijam as injustiças do apagão dos pontos aos assis-

tentes operacionais do Estado, que passaram para o salário de 635 euros e a quem foram apagados os pontos para mudança de posição remuneratória e por isso só irão progredir em 2029”, afirmou o dirigente sindical.

Oficiais de Justiça

Os sindicatos que representam os oficiais de justiça não têm dúvidas de que a solução encontrada para os docentes é uma “derrota do Governo” e uma “vitória da razão dos trabalhadores” que, reclamam, terá de se estender aos cerca de 7000 trabalhadores integrados nesta carreira.

“Há aqui um ganho, mas pode não ser na dimensão do esperado pelos trabalhadores”, realça ainda. “Empurrar no tempo e para processos negociais pode resultar numa desilusão”, receia Carlos Almeida, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça, lembrando que parte do processo cairá já na próxima legislação. Também Fernando Jorge, presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais, está “expectante quanto ao desenvolvimento desta situação”. “O faseamento terá de ser negociado e estamos disponíveis para o fazer”, desafia ao PÚBLICO.

Magistrados

António Ventinhas, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, lembra que sempre defenderam que “a solução que melhor se adequava era a reposição integral do tempo congelado”, ainda que de forma faseada. Por isso, não deixa de aplaudir a solução encontra-



Polícias, militares, magistrados, oficiais de Justiça, assistentes operacionais, enfermeiros, todos querem uma solução idêntica à dos professores

da para os professores, que, defende, deve estender-se às outras carreiras por uma questão de igualdade e de protecção do princípio da confiança previsto na Constituição.

“A ser aplicado aos professores, terá de ser aplicado a todos os restantes”, desafiou o dirigente. O sindicato sublinha que o congelamento prejudicou sobretudo os procuradores adjuntos no início de carreira e os que se encontravam no final da actividade, porque se reformaram sem atin-

giem o escalão devido e “viram a sua pensão prejudicada para sempre”.

Forças Armadas e GNR

Num comunicado conjunto, a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), a Associação Nacional de Sargentos, a Associação de Praças, a Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR) e a Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima aplaudem a recuperação integral do tempo de serviço para os professores e exigem que solução idêntica se aplique aos militares, GNR e polícia marítima. “Perante a solução agora encontrada na Comissão de Educação e Ciência, é de toda a legitimidade questionar então para quando a aplicação de solução idêntica para os militares das Forças Armadas, para os profissionais da GNR e para os profissionais da Polícia Marítima”, lê-se no comunicado divulgado ontem de manhã.

António Mota, secretário-geral da AOFA, considera que a solução aprovada para os professores era “inevitável” e “da mais elementar justiça”, reforçando as exigências que fazem numa petição lançada há alguns dias e que já conta com quase quatro mil

assinaturas. “Contamos que as nossas pretensões sejam, com maioria de razão, aceites, que os sete anos de congelamento sejam contados e que seja negociado o prazo e o modo” da recuperação desse tempo, acrescenta. Também o presidente da APG, César Nogueira, exige a reposição integral de todo o tempo congelado. “A progressão horizontal depende do tempo de serviço. Não temos outra forma de progressão, ainda não temos sistema de avaliação e, por isso, para nós é importante para podermos progredir na carreira”, afirmou à TSF.

Polícias

Os sindicatos de polícia pediram, por seu turno, “tratamento idêntico” aos dos professores ao exigirem a contagem total do tempo em que as suas carreiras estiveram congeladas, e ameaçam com protestos.

O presidente da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia (ASPP/PSP), Paulo Rodrigues, disse à Lusa que o Governo vai ter de aplicar “o princípio da igualdade” e contabilizar o tempo de serviço aos outros sectores da administração pública, no qual



estão incluídos os polícias, tal como vai ser feito aos professores.

Enfermeiros

Já o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) acusa, por seu turno, o PSD e o CDS de mostrar de forma inequívoca a preferência pelos professores em detrimento de outros profissionais, como os enfermeiros. Num comunicado divulgado ontem, o SEP recorda que o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa para contar tempo de serviço a 15 mil enfermeiros, proposta na qual PSD, CDS e PCP se abstiveram, enquanto o PS votou contra. Trata-se do caso de cerca de 15 mil enfermeiros reposicionados nos 1201 euros, em início de carreira, em 2011, 2012, 2013 e 2015, aos quais o Governo não quer contabilizar o tempo de serviço antes daquelas datas.

“É neste contexto que os enfermeiros condenam a atitude do PSD e CDS, que demonstram de forma inequívoca que preferem uns trabalhadores em detrimento de outros”, acusam.

raquel.martins@publico.pt

“Coligação negativa” custa 481 milhões

Orçamento precisa de reforço para fazer face aos encargos com carreiras da função pública

A recuperação integral do tempo de serviço que esteve congelado, aprovado anteontem pelos deputados do PSD, CDS, PCP e Bloco de Esquerda para os professores e que abrangerá outras carreiras da função pública, custará 481 milhões de euros em 2020. Este é o reforço adicional que será preciso fazer no Orçamento do Estado do próximo ano face ao valor com que o Governo já se tinha comprometido gastar com a recuperação parcial do tempo de serviço nas carreiras dos professores, mas também de militares, magistrados, oficiais de justiça e pessoal da GNR.

Os partidos acordaram ainda que o restante tempo que esteve congelado (mais de seis anos) também seria considerado na carreira dos docentes, mas “os termos e o modo como se dará a concretização [da sua recuperação] são estabelecidos pelo Governo, em processo negocial”. Embora as medidas aprovadas em comissão apenas digam respeito aos docentes, o Ministério das Finanças avançou com o custo da decisão para as carreiras que dependem do tempo para progredir e que viram parte do período de congelamento apagado.

O Governo já tinha aprovado dois decretos-leis que recuperavam parte do tempo dos professores (dois anos, nove meses e 18 dias) e de outras carreiras. E como a recuperação do tempo ocorreria em três momentos diferentes, o impacto orçamental era diferido no tempo e custaria 40 milhões de euros em 2019, mais 100 milhões em 2020 e, em 2021, acresciam outros 100 milhões de euros. Daí em

diante, os orçamentos teriam de contar com mais 240 milhões todos os anos. Assumindo que a medida se estenderá a outras carreiras, o Governo estima que será preciso reforçar o Orçamento do Estado para 2020 com 481 milhões de euros (com os 100 milhões já comprometidos, a medida chega aos 581 milhões).

Do total de 481 milhões adicionais, 340 milhões de euros dizem respeito ao pagamento das progressões decorrentes da recuperação de dois anos nove meses e 18 dias do tempo congelado com efeitos a Janeiro de 2019 (200 milhões dizem respeito a 2019 e 140 milhões relativos a 2020). A estes 340 milhões acrescem mais 141 milhões de euros que dizem respeito a um quarto dos seis anos de congelamento que também serão recuperados, segundo o pressuposto assumido por Mário Centeno de dividir por quatro anos a despesa prevista com este período de congelamento.

O ministério explica que o texto aprovado não refere o calendário de pagamento da recuperação destes seis anos, pelo que se assumiu o pressuposto de que a recuperação seria feita em quatro anos. Ou seja, implicará um acréscimo de despesa anual de 141 milhões de euros entre 2020 e 2023. Mário Centeno, em entrevista à SIC, reafirmou que, “contabilizando todos os efeitos para acomodar [as decisões aprovadas no Parlamento], passamos de 240 para 800 milhões de euros”, um valor que tem uma “capacidade de transformação muito grande de um Orçamento do Estado”.



O ultimato do Governo à direita vem introduzir uma instabilidade política que nos parece dispensável

Catarina Martins
 Líder do Bloco de Esquerda

PCP avisado do anúncio de Costa quando este discursava

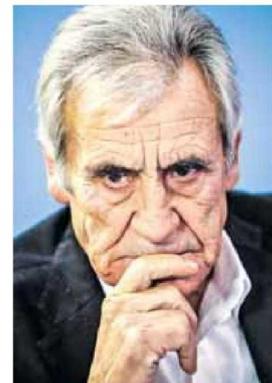
Maria Lopes

O líder parlamentar do PCP foi avisado do teor do ultimato do primeiro-ministro escassos minutos antes de este anunciar em directo nas televisões que se demite, se for aprovada a lei que consagra a contabilização integral do tempo congelado aos professores. Questionado pelo PÚBLICO sobre se o Governo tinha avisado a bancada comunista acerca do que António Costa iria dizer na comunicação ao país, João Oliveira admitiu que o essencial lhe foi comunicado por mensagem do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro.

Isso foi feito quando António Costa já estava a discursar – numa intervenção em que até realçou a “coerência” dos partidos à esquerda do PS que reclamam a contagem integral do tempo de serviço desde 2017.

Por seu lado, Heloísa Apolónia disse ao PÚBLICO não ter sido informada e nas declarações que fez aos jornalistas criticou a “chantagem absolutamente inadmissível e inaceitável” do primeiro-ministro, assim como a argumentação dos socialistas, que na quinta-feira diziam que o diploma irá ficar “inconstitucional” com a nova redacção, e hoje vem António Costa “dizer que não há verba”.

Questionado pelo PÚBLICO, o Bloco, talvez ainda com a memória fresca dos dissabores por ter divulgado informação sobre as negociações com o Governo sobre a Lei de Bases da Saúde, recusa acrescentar qualquer declaração às que Catarina Martins fez na conferência de imprensa na sede – em que não foi questionada sobre o assunto. E o gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares recusou responder ao PÚBLICO sobre os contactos que foram feitos com os partidos que assinaram as posições políticas conjuntas com o Governo. O certo é que, pouco antes da reunião do primeiro-ministro com o Presidente da República em Belém, o partido cancelou uma ini-



Jerónimo de Sousa não foi apanhado de surpresa

ciativa de campanha com Catarina Martins na Guarda e a líder marcou uma conferência de imprensa na sede, em Lisboa.

O comunista João Oliveira desvaloriza a questão, considera que o gesto pode ser visto como uma “obrigação de cordialidade”, mas que não é, de todo, exigível ao Governo – “do qual o PCP não faz parte” –, apesar dos acordos escritos. “O problema de fundo não é avisarem ou não; o problema está na decisão que tomaram e nos fundamentos com que a justificam”, afirma. A questão é pedir a demissão por uma despesa inferior ao que se tem dado à banca e “não pedir demissão por ter de resolver os problemas herdados no Banif ou no Novo Banco”, diz. Para o PCP, a ameaça de Costa é uma “chantagem” que “resulta do calculismo do PS e é reveladora de até onde o PS é capaz de ir”.

Também Catarina Martins, na sede do Bloco, criticou a “instabilidade” que o primeiro-ministro está a criar a poucos meses do fim da legislatura ao escolher este tema como razão para se demitir e por dar à direita “um prémio” por não levar a legislatura até ao fim – como PSD e CDS vaticinavam desde o início, em finais de 2015.

maria.lopes@publico.pt



Raquel Martins